



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Trabalho,
de Administração e Serviço Público

Of. P. 057/2016-CTASP

Brasília, 07 de dezembro de 2016

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

Senhor Presidente,

Esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em Reunião Deliberativa realizada em 30/11/2016, aprovou o parecer da Deputada Flávia Moraes (PDT/GO) ao Projeto de Lei nº 5.179/2016, que "cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e Agrícolas", o qual sugere o envio de indicação ao Poder Executivo visando a elaboração de projeto de lei criando conselho de fiscalização profissional específico para a categoria dos Técnicos de Segurança do Trabalho.

Assim, nos termos do art. 113, inciso I e § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência o envio ao Poder Executivo da referida **Indicação**, anexa.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputado **Wolney Queiroz**
Presidente

Secretaria-Geral da Mesa Diretora
Assessoria
Comunicação



INDICAÇÃO n° ²⁰⁴⁰, DE 2016

Sugere o envio de projeto de lei visando a criação de conselho de fiscalização profissional específico para a categoria dos Técnicos de Segurança do Trabalho.

Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho:

A categoria dos Técnicos de Segurança do Trabalho encontra-se regida pela Lei n° 7.410, de 27 de novembro de 1985, estando regulamentada no Decreto n° 92.530, de 9 de abril de 1986.

Trata-se de categoria que exerce atividade de extrema relevância, pois diretamente relacionada com a saúde e a segurança do trabalhador, com foco para a redução de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.

Sendo assim, é primordial a criação de órgão fiscalizador e normatizador específico da profissão, que a organize e controle suas atividades e que exija constante atualização e aperfeiçoamento dos profissionais, garantindo que os serviços sejam prestados à coletividade por pessoas devidamente habilitadas e capacitadas.

Tendo em vista a competência privativa do Poder Executivo para propor lei sobre a matéria, como dispõe o art. 61, § 1º, II, "e", da Constituição Federal, sugiro ao ilustre Ministro o encaminhamento ao Congresso Nacional de proposição que atenda ao objetivo mencionado, criando o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Técnicos de Segurança do Trabalho.

Sala da Comissão, em 30 de dezembro de 2016.


Deputado **WOLNEY QUEIROZ**
Presidente



* C D 1 6 1 7 7 0 9 7 1 9 6 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa à criação de conselho de fiscalização profissional específico para a categoria dos Técnicos de Segurança do Trabalho.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo a criação do Conselho de Fiscalização Profissional específico para a categoria dos Técnicos de Segurança do Trabalho.

Sala das Sessões, em 30 de dezembro de 2016.


Deputado **WOLNEY QUEIROZ**
Presidente



CD161770971960



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2016

Às doze horas e trinta e sete minutos do dia trinta de novembro de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, no Plenário nº 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Wolney Queiroz – Presidente. Compareceram os Deputados: Orlando Silva e André Figueiredo – **Vice-Presidentes**; Augusto Coutinho, Bebeto, Daniel Almeida, Daniel Vilela, Erika Kokay, Fábio Mitidieri, Flávia Moraes, Gorete Pereira, Nelson Pellegrino, Nivaldo Albuquerque, Roberto de Lucena, Rôney Nemer, Vicentinho e Walney Rocha – **titulares**; Ademir Camilo, Cabo Sabino, Capitão Augusto, Fábio Sousa, Jovair Arantes, Lelo Coimbra, Leonardo Monteiro, Valmir Prascidelli e Vitor Valim - **suplentes**. Compareceram também os Deputados Carlos Henrique Gaguim, Evair Vieira de Melo, Giovani Cherini, Gonzaga Patriota, Goulart, Laudivio Carvalho, Raquel Muniz, Tenente Lúcio, e Weliton Prado - **não membros**.

ABERTURA: Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciou o prazo de quinze minutos para apresentação de requerimentos de procedimento e, em seguida, colocou em votação as Atas das Reuniões de nºs 32, 33, 34 e 35 realizadas nos dias 18, 21, 22 e 23 deste, que, tendo as leituras dispensadas, foram aprovadas, sem observações. **Expediente:** O Senhor Presidente comunicou que foram realizadas designações de relatoria no dia 23 de novembro e que os documentos encontram-se na Secretaria da Comissão, à disposição das Senhoras e Senhores membros. **ORDEM DO DIA:** 1 - **REQUERIMENTO Nº 176/16** - da Sra. Erika Kokay - que "requer a realização de audiência pública para discutir o processo de reestruturação do Banco do Brasil, anunciado pela presidência da instituição recentemente". **Em votação, o Requerimento foi aprovado.** 2 - **REQUERIMENTO Nº 177/16** - da Sra. Erika Kokay - (PL nº 3.065/15) - que "requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.065, de 2015, que "Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Analista de Sistema, Desenvolvedor, Engenheiro de Sistemas, Analista de Redes, Administrador de Banco de Dados, Suporte e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências". **Em votação, o Requerimento foi aprovado.** 3 - **PROJETO DE LEI Nº 1.965/15** - do Senado Federal -



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

que "altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida, pelo Prefeito, de recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), comprometendo o oferecimento de merenda escolar". (Apensados: PL (s) nºs 2.434/15 e 3.238/15). Relator: Deputado Lucas Vergilio. Parecer: pela aprovação deste e dos PL (s) nºs 2.434/15 e 3.238/15, apensados, com substitutivo. Proferiu o Parecer o Deputado Augusto Coutinho. Colocado em discussão não houve quem fizesse uso da palavra. **Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade.** 4 - **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 182/12** - do Sr. Toninho Pinheiro - que "altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000", (Apensados: PLP (s) nºs 349/13, 364/13, 299/16, 303/16 e 305/16). Relator: Deputado Fábio Mitidieri. Parecer: pela aprovação deste e dos PLP (s) 364/13 e 299/16, apensados, com substitutivo, e pela rejeição dos PLP (s) 349/13, 303/16 e 305/16, apensados. Sobre a Mesa requerimentos de retirada de pauta de autoria dos Deputados Beбето e Fábio Mitidieri que, colocados em votação, foram aprovados. **Retirado de Pauta.** 5 - **PROJETO DE LEI Nº 3.220/15** - do Senado Federal - que "estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União". Relatora: Deputada Flávia Morais. Parecer: pela aprovação. Proferiu o Parecer a Relatora. Colocado em discussão não houve quem fizesse uso da palavra. **Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade.** 6 - **PROJETO DE LEI Nº 3.552/15** - do Senado Federal - que "acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 155 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre a solicitação, pelo presidente da comissão de processo disciplinar, de cópias de peças probatórias constantes do processo penal correspondente". Relator: Deputado Vicentinho. Parecer: pela aprovação. Proferiu o Parecer o Deputado Cabo Sabino. Colocado em discussão não houve quem fizesse uso da palavra. **Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade.** 7 - **PROJETO DE LEI Nº 3.145/08** - da Sra. Alice Portugal - que "dispõe sobre a contratação de assistentes sociais". Relatora: Deputada Flávia Morais. Parecer: pela aprovação, com substitutivo. Sobre a Mesa requerimento de autoria do Deputado Lelo Coimbra, subscrito pelo Deputado Augusto Coutinho que, colocado em votação, foi aprovado. **Retirado de Pauta.** 8 - **PROJETO DE LEI Nº 2.670/11** - do Sr. Jesus Rodrigues - que "dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da atividade exercida pelo Profissional Vazanteiros e dá outras providências". (Apensado: PL nº



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

5.205/13). Relator: Deputado Rôney Nemer. Parecer: pela aprovação deste e do PL nº 5.205/13, apensado, nos termos do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com subemendas. Proferiu o Parecer o Deputado Roberto de Lucena. Colocado em discussão, não houve quem fizesse uso da palavra. **Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade.** Sobre a Mesa, requerimentos de Inversão de Pauta, relativos aos itens nºs 13, 35, 32, 20, 18, 30, 36, 5 e 10. O Senhor Presidente consultou o Plenário da possibilidade de a votação ser realizada em bloco, no que foi apoiado pelos membros presentes. Colocados em votação, os requerimentos foram aprovados. 9 - **PROJETO DE LEI Nº 6.252/13** - do Sr. Rogério Peninha Mendonça - que "altera os §§ 5º e 6º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), para dispor sobre margem de preferência para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas nacionais". (Apensado: PL nº 3.296/15). Relator: Deputado Daniel Vilela. Parecer: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL nº 3.296/15, apensado. Proferiu o Parecer o Relator. Discutiram a matéria os Deputados Bebeto e Gorete Pereira. **Retirado de pauta "ex officio"**. Sobre a Mesa requerimento de inclusão na pauta, de autoria da Deputada Flávia Morais, referente ao PL nº 5.179 de 2016. Colocado em votação nominal o requerimento foi aprovado por unanimidade por 14 votos sim. 10 - **PROJETO DE LEI Nº 5.179/16** - do Poder Executivo - que "cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e Agrícolas". Relatora: Deputada Flávia Morais. Parecer: pela aprovação deste, pela aprovação parcial da Emenda nº 10/16 da CTASP, com emendas, e pela rejeição das Emendas nºs 1/16 a 9/16 e a de nº 11/16, todas da CTASP, e encaminhamento de indicação ao Poder Executivo. Proferiu o Parecer a Relatora. Discutiram a matéria os Deputados Vicentinho, Ademir Camilo, Leonardo Monteiro, Bebeto, Erika Kokay, Roberto de Lucena e Walmir Prascidelli. **Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade.** 11 - **PROJETO DE LEI Nº 4.747/16** - do Sr. Ricardo Izar - que "Dispõe sobre o reconhecimento do agente cultural em atividades de moda e beleza e dá outras providências". Relator: Deputado Roberto De Lucena. Parecer: pela aprovação deste e aprovação parcial da Emenda nº 1 da Comissão de Cultura, com emendas, e pela rejeição da Emenda nº 2 da Comissão de Cultura. Proferiu o Parecer o Relator. Discutiram a matéria os Deputados Vicentinho e Erika Kokay. **Em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade.** Em seguida, pelo adiantado da hora, o Senhor



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente encerrou a presente Reunião, às quatorze horas e vinte e quatro minutos antes, porém, convocou os membros desta Comissão, para Audiência Pública que irá debater o Projeto de lei nº 5.151, de 2016, que "altera o art. 13 da Lei nº 13.103 de 2015, para dispor sobre a exigibilidade de exame toxicológico para motoristas profissionais", a realizar-se no dia 05 de dezembro, segunda-feira, às nove e trinta horas, no Plenário 12, do Anexo II. Os demais itens da pauta não foram apreciados. E, para constar, eu, José Mauro Meira Magalhães, José Mauro Meira Magalhães, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Wolney Queiroz Wolney Queiroz, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor da reunião encontra-se gravado, passando o arquivo de áudio a integrar o acervo documental.